

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR

Exame de seleção – Estágio Forense 2020/2021

DIREITO CONSTITUCIONAL

Considere o seguinte caso hipotético:

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19. A crise sanitária resultou em graves dificuldades financeiras e econômicas, dentre elas, o desemprego. Em reunião com os secretários municipais em janeiro de 2021, o prefeito do município “Alfa”, sensibilizado com a situação, diz que pretende enviar projeto de lei à Câmara de Vereadores propondo a redução de alguns tributos municipais, sendo necessário para gozar de tal benefício, que o contribuinte seja residente e domiciliado no município “Alfa” e quer que a norma entre em vigor em 60 dias após sua publicação. O Procurador-Geral do município, presente na sessão, foi instado a se manifestar sobre tal pretensão. Indagou-se: **(i)** a ideia se coaduna com os preceitos constitucionais? **(ii)** qual é a fundamentação jurídica da (in)constitucionalidade? **(iii)** haveria algum óbice quanto ao período de *vacatio legis* pretendido? Explique, de forma fundamentada, como deveriam ser as respostas do Procurador-Geral para cada indagação.

GABARITO - ESPELHO DE CORREÇÃO		
Item	Gabarito	Pontuação Total
(i)	Não (0,2) ;	0,2
(ii)	Art. 152, Constituição Federal (0,4) . Violação à isonomia tributária (0,6) e ao princípio da não diferenciação tributária (procedência ou destino) (0,6) .	1,6
(iii)	Não (0,2) . O princípio da anterioridade anual e nonagesimal/noventena veda a cobrança de tributo que tenha sido instituído ou aumentado (0,4) . No caso, haveria redução de tributos. Portanto, não seriam aplicáveis à hipótese (0,6) .	1,2
TOTAL		3,0

DIREITO ADMINISTRATIVO

Considere o seguinte caso hipotético:

Lívia, candidata à prefeita de determinado município, optou por utilizar em seu material de campanha eleitoral a cor roxa, como marca de sua feminilidade. Exitosa, foi eleita para o referido cargo público. Assim que assumiu sua função pública, Lívia teve a ideia de abrir procedimento licitatório para compra de novas lixeiras, na cor roxa, para colocar em logradouros públicos do município, substituindo os já existente e acrescentando outros em determinados pontos. Antes, porém, solicitou parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município. Supondo que você é estagiário da Procuradoria Geral do Município e seu Procurador-Chefe solicita uma minuta do parecer. Questiona-se: **(i)** há óbice à pretensão da prefeita? **(ii)** quais fundamentos jurídicos devem embasar o parecer? **(iii)** cite duas ações cabíveis em caso de violação desses fundamentos jurídicos. Observação: o brasão do município contém as cores branca, azul e amarela. Responda fundamentadamente.

GABARITO - ESPELHO DE CORREÇÃO		
Item	Gabarito	Pontuação Total
(i)	Sim (0,2) ;	0,2
(ii)	Art. 37, caput e § 1º, Constituição Federal (0,4) . Violação dos princípios da impessoalidade e da moralidade (0,6) . Abuso de poder por desvio de finalidade do ato administrativo (0,6) .	1,6
(iii)*	Improbidade administrativa (0,4) , Lei nº 8.429/92, Art. 11 (0,2) ; Ação Popular (0,4) , CRFB, Art. 5º, LXXIII (0,2) ou Lei nº 4.717/65, Art. 2º, “e” (0,2) ; e Ação Civil Pública (0,4) , Lei nº 7.347/85, Art. 1º, IV e VIII (0,2) .	1,2*
TOTAL		3,0

* **Atenção!** O item **(iii)** solicita 2 (duas) ações. Portanto, ainda que o candidato cite 3 (três) ações diversas, a pontuação total do item se limita a 1,2, sendo 0,6 para cada ação, subdividida em 0,4 para o nome da ação e 0,2 para o fundamento jurídico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Considere o seguinte caso hipotético:

A Empresa Municipal de Limpeza Urbana efetuava limpeza e desobstrução de bueiro na Rua Athaíde Pimenta de Moraes, Centro, Nova Iguaçu/RJ, em domingo. Josevaldo, transeunte, caminhava enquanto falava ao telefone. Distraído, o pedestre caiu no aludido bueiro, o que resultou em fratura do osso fêmur de uma de suas pernas. Prontamente, os agentes da referida empresa pública acionaram a ambulância, que levou cerca de dez minutos para chegar ao local. Josevaldo moveu ação judicial em face do Município de Nova Iguaçu, requerendo reparação de todos danos sofridos. Sustenta em sua peça vestibular que o local não estava devidamente sinalizado e junta documentos que comprovam esta alegação. O Município de Nova Iguaçu é citado. Supondo que você é estagiário da Procuradoria Geral do Município e seu Procurador-Chefe solicita uma minuta. Questiona-se: (i) qual a peça processual a ser elaborada? (ii) qual é o prazo para apresentá-la? (iii) há preliminar de mérito? Responda justificadamente.

GABARITO - ESPELHO DE CORREÇÃO		
Item	Gabarito	Pontuação Total
(i)	Contestação (0,6) ; Art. 335 e seguintes do CPC (0,4)	1,0
(ii)	30 (trinta) dias úteis (0,8) ; Art. 335 c/c 183, CPC (0,4)	1,2
(iii)	Ilegitimidade <i>ad causam</i> passiva (1,2) ; Art. 337, XI, CPC (0,6)	1,8
TOTAL		4,0